3. A desigualdade racial ao longo da distribuição de renda

Emerson Ferreira Rocha

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ROCHA, E.F. A desigualdade racial ao longo da distribuição de renda. In: *O negro no mundo dos ricos: um estudo sobre a disparidade racial de riqueza com os dados do Censo 2010* [online]. Brasília: Editora UnB, 2019, pp. 71-89. Pesquisa, inovação & ousadia series. ISBN: 978-65-5846-052-7. <https://doi.org/10.7476/9786558460527.0005>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A desigualdade racial ao longo da distribuição de renda

Este capítulo investiga como a desigualdade racial se comporta ao longo da distribuição de renda em razão da discriminação racial e da escolaridade das pessoas. Mas, se a abordagem estrutural preconiza a análise dos efeitos da discriminação racial condicionados às posições de classe, é preciso antes responder se é lícito falar em estrutura de classes em um estudo que utiliza os rendimentos como indicador da condição socioeconômica. Sem embargo, a noção de classe social é uma das mais debatidas nas ciências sociais. Até esse momento, as referências a esse conceito foram feitas sem a preocupação de lhe dispensar um tratamento explícito. Agora serão vistos os argumentos que fundamentam uma definição com referência à renda.

Definições de classe baseadas em informações sobre rendimentos têm ganhado corpo desde a década de 2000, sobretudo em pesquisas com foco sobre a riqueza (MEDEIROS; SOUZA, 2014). Em se tratando desse tipo de pesquisa, contudo, é de se questionar se não se faz indispensável contemplar outras fontes de proventos que não o trabalho, sobretudo retornos a investimentos de capital. Esse não é o caso, contudo. Pesquisas em nível internacional têm sido consistentes em apontar o trabalho como a principal fonte de renda para o grupo dos 1% mais ricos em vários países, inclusive no Brasil, algo que deixa de ser verdade apenas para

estratos de renda extremamente elevados, como os 0,1% mais ricos (MEDEIROS, 2005; MEDEIROS; SOUZA, 2014). Sendo assim, a definição utilizada neste livro é bastante segura.

A principal suspeita, do ponto de vista sociológico, com relação à definição de classes com base em níveis de rendimento é a de que esses níveis expressariam apenas o resultado de processos de estratificação, mas não os mecanismos subjacentes de alocação de pessoas numa estrutura de distribuição desigual de recursos econômicos e de poder. Diante disso, uma das alternativas aos rendimentos na operacionalização do conceito de classe são os títulos ocupacionais. Isso não quer dizer que as classes sejam definidas como ocupações. As classes permanecem enquanto um constructo mais abstrato, referente a uma estrutura de posições sociais essencialmente antagônicas segundo abordagens marxistas, e eventualmente antagônicas segundo abordagens weberianas. É que as ocupações surgem como um conjunto de posições empiricamente dadas, passíveis de observação por meio dos títulos ocupacionais e, por conseguinte, disponíveis à organização segundo os esquemas abstratos ditados pelas teorias. Assim, a estrutura de classes é muitas vezes operacionalizada em termos de um conjunto de títulos ocupacionais, agregados de acordo com critérios que, muitas vezes, envolvem também outras informações, como a situação de emprego (se empregado, empregador ou trabalhador por conta própria, por exemplo).

Wright (1980) enfatiza que classes e ocupações são dimensões distintas da estrutura social, a primeira referente a relações sociais de controle sobre diferentes gêneros de capital e a segunda referente à organização técnica da atividade produtiva. Nessa perspectiva, classes não podem ser compreendidas como simples agregados de ocupações. Uma mesma ocupação pode perpassar várias classes e pessoas de diferentes classes podem ter a mesma ocupação, ainda que exista correlação entre essas duas dimensões com as ocupações manuais, por exemplo, tendendo fortemente à posição de classe proletária. Na prática, contudo, diante de limites operacionais impostos pela disponibilidade de informações, esforços de implementação da teoria

de classes proposta por Wright dependem fortemente, embora não exclusivamente, de informações sobre títulos ocupacionais, como em Santos (2005).

Os títulos ocupacionais também cumprem papel central em estudos sobre mobilidade cujos esquemas teóricos se preocupam menos com a posse de ativos de capital e mais com o *status* de autoridade e o nível de qualificação enquanto critérios para estabelecer a hierarquia entre as posições de classe (ERIKSON; GOLDTHORPE; PORTOCARERO, 1979). Na verdade, uma vasta produção utiliza as ocupações como operacionalização para posições de classe. No âmbito de estudos sobre mobilidade entre gerações, o trato com as ocupações é central (DUNCAN, 1979), se por nada mais, porque a informação sobre a ocupação dos pais pode ser obtida retrospectivamente de maneira confiável, enquanto outras informações, como rendimentos dos pais, só podem ser obtidas, em geral, de maneira indireta, por meio de estimativas que, por sua vez, se baseiam em informações retrospectivas sobre títulos ocupacionais e educação. Um corpo grande de estudos também se dedica à relação entre ocupações e *status*, no sentido de prestígio (FEATHERMAN; LANCASTER JONES; HAUSER, 1975). Muitas vezes, nenhum esforço é feito para definir explicitamente uma estrutura de classes, embora se façam presentes reflexões sobre os mesmos critérios discutidos por tradições marxistas e weberianas. Nesses casos, geralmente se emprega simplesmente o termo estrutura ou estratificação ocupacional, como por exemplo em Sorokin (1954).

Em muitas ocasiões, no intuito de hierarquizar ocupações em esquemas de estratificação, são utilizadas escalas de prestígio, sendo o prestígio atribuído com base em sondagens sobre avaliações subjetivas ou em índices de *status* socioeconômico (GANZEBOOM; DE GRAAF; TREIMAN, 1992). Nesse último caso, os níveis médios de renda e de escolaridade associados a uma determinada ocupação costumam ser os critérios de hierarquização. Assim, nesses casos, embora se tratem de definições de classe operacionalizadas em termos de uma estrutura ocupacional, os verdadeiros critérios que definem a hierarquia são a educação e a renda.

Alinhando-se, de maneira muito peculiar, à tradição marxista, Sorensen (2000) propõe um conceito de classe enquanto relações de exploração que se configura

a partir da posse de uma categoria particular de ativos capazes de gerar retornos excedentes ao que seria esperado num mercado perfeitamente competitivo. Nessa abordagem, as posições de classe perdem identidade com posições no arranjo produtivo, donde decorre uma dissociação muito forte dos títulos ocupacionais enquanto possibilidade de operacionalização. Goldthorpe (2000) critica essa abordagem, apontando dificuldades para a delimitação da categoria de ativos que gerariam exploração, assim como para os problemas em se tomar, como o faz Sorensen, a abstração de um mercado perfeitamente competitivo como base para essa delimitação. Além disso, a dissociação do conceito de exploração com relação à habilidade de apropriação do fruto do trabalho de outros, dentro de um quadro jurídico e institucional que sanciona esse poder, fez levantar críticas dentro da própria tradição marxista (WRIGHT, 2000).

Por outro lado, entretanto, Sorensen (2000) também defende a definição de classe enquanto condições de vida, embora considerando-a de menor poder explicativo, devido a uma inabilidade para estabelecer uma relação causal entre posições de classe, antagonismo de classe, conflitos políticos e mudanças históricas, ambição cara às teorias marxistas. A definição de classe enquanto modo de vida se baseia, segundo Sorensen, na riqueza total, e como volumes diferentes de riqueza total não necessariamente implicam diretamente um antagonismo de interesses, tal definição não seria suficiente para elucidar as bases estruturais do conflito entre classes. No entanto, a noção de classe enquanto riqueza total seria adequada para explicar a determinação das chances de vida (SORENSEN, 2000).

Segundo o autor, é importante considerar a riqueza não enquanto a posição na distribuição de rendimentos num recorte transversal, mas a riqueza em longo prazo. Diferentemente do seu conceito de classe enquanto exploração, as classes enquanto condições de vida relacionam-se estreitamente com observáveis como renda, ocupação e patrimônio. A definição de classe aqui adotada não equivale precisamente à definição de classe enquanto condições de vida, à medida que se trata aqui, precisamente, da posição das pessoas na distribuição de renda em dado

momento, e não da riqueza total durável. Ainda assim, à medida que há, por certo, uma forte correlação entre a posição na distribuição de renda em dado momento e a posição que seria encontrada numa distribuição de riqueza total e durável, a definição operacional utilizada aqui se harmoniza com o conceito de classe enquanto condições de vida. A posição na distribuição de rendimentos pode ser utilizada para indicar a mesma condição subjacente, não observada diretamente, que o conceito baseado na riqueza total procura representar: uma posição que condiciona as chances de sucesso econômico, os interesses, as proximidades sociais e os estilos de vida.

Além de ser compatível com uma discussão complexa, não meramente “economicista”, a definição de classe com base na distribuição de rendimentos tem pontos fortes. Ao discutir sobre as diferenças entre a abordagem contínua e a abordagem categórica sobre esquemas hierárquicos de estratificação ocupacional, Ganzeboom *et al.* (1992) apontam certas vantagens da abordagem contínua. Considerações essas que se aplicam igualmente a uma definição de classe baseada em rendimentos. Primeiramente, em qualquer esquema de classificação que defina as classes sociais enquanto um conjunto parcimonioso de categorias, haverá ainda uma grande heterogeneidade interna a essas categorias no que se refere ao *status* socioeconômico e às condições de vida. Claro que qualquer estudo estará então mais interessado nas distinções, teoricamente informadas, traçadas entre essas categorias do que na diversidade que permanece existindo no interior delas. Ainda assim, uma grandeza contínua como a renda permite um número virtualmente ilimitado de distinções, garantindo a possibilidade de diferenciações internas.

Em segundo lugar, embora as definições categóricas permitam que se considere um conjunto amplo de critérios para definir as classes em questão, contribuindo para o maior refinamento teórico das definições operacionais, na prática, em boa parte dos exercícios explicativos, esses diversos fatores estão altamente correlacionados, de modo que as diferentes dimensões adotadas convergem para uma única. Essa dimensão única é o que se chama de hierarquia socioeconômica e pode ser dada, de maneira geral, por uma composição de escolaridade e renda. Assim, a definição

unidimensional em termos de rendimento perde, sim, informações, mas a perda seguramente não é tamanha a ponto de invalidar sua aplicação. A renda constitui um eixo de classificação com alto poder explicativo, podendo, portanto, a desigualdade de rendimentos ser considerada uma representação para a desigualdade de classes enquanto condições de vida. Finalmente, como o objetivo central deste livro é estudar a disparidade racial na composição do grupo dos ricos, o trato com rendimentos é definitivamente mais adequado dada à inabilidade de esquemas baseados em títulos ocupacionais para identificar com consistência os grupos de alta renda (MEDEIROS; SOUZA, 2014).

3.1 Os métodos utilizados

Uma discussão precursora na abordagem estrutural da discriminação por raça diz respeito a como a dinamização econômica e o avanço da ordem competitiva afetariam a discriminação racial. De um lado, há a hipótese de que, com o avanço do individualismo e da ideologia do desempenho meritocrático, a discriminação por atributos adscritos perderia força. De outro lado, argumenta-se que o acirramento da competição estaria intensificando as práticas discriminatórias. Para avaliar essas hipóteses, mobiliza-se aqui uma perspectiva transversal. Como o Brasil é um país de dimensões continentais e marcado por grandes desigualdades regionais em termos de desenvolvimento econômico, é possível aferir como a desigualdade racial varia ao longo de regiões mais ou menos economicamente dinâmicas. Essa variação é observada ao longo de unidades federativas e também ao longo de municípios.

Em sua seção sobre contas regionais do Brasil, o IBGE disponibiliza os dados sobre Valor Bruto da Produção para diversos setores da atividade econômica. É possível obter lá, para cada unidade federativa, o Valor Bruto da Produção da indústria da transformação. Toma-se aqui esses valores para o ano de 2009, a preços correntes, como um indicador do nível de industrialização da respectiva unidade federativa. Já para os municípios, não há esse tipo de informação disponível. Recorre-se então, nesse caso,

ao tamanho da população como indicador de dinamismo econômico, com base no fato de que, historicamente, o aumento da população nas cidades está relacionado ao seu desenvolvimento econômico, que amplia as possibilidades de trabalho e de acesso a serviços. Municípios mais povoados são, em geral, mais economicamente dinâmicos.

Por outro lado, uma medida da desigualdade de renda diretamente associada à condição racial, para cada unidade federativa e para cada município, pode ser obtida por meio de regressões lineares. Mais especificamente, estima-se um modelo em que o logaritmo da renda pessoal no trabalho principal é explicado pela escolaridade, idade, localização do domicílio (rural ou urbana), ocupação das pessoas e, finalmente, pela atribuição racial. O objetivo é obter um coeficiente associado à variável raça que expresse os impactos diretos da discriminação racial, graças ao controle exercido pelas outras variáveis incluídas no modelo.

A escolaridade é considerada em termos de quatro indicadores para níveis de ensino mutuamente exclusivos: (i) ensino fundamental incompleto ou menos; (ii) médio incompleto ou menos (inclui fundamental completo); (iii) superior incompleto ou menos (inclui médio completo); e (iv) curso superior completo, incluindo mestrado ou doutorado. Como desigualdades educacionais entre negros e brancos medeiam parte da desigualdade racial de renda, é importante incluir controle estatístico nessa variável, para que se obtenha uma medida de desigualdade diretamente relacionada à condição racial das pessoas.

A idade é, de praxe, incluída com um termo quadrático em regressões desse tipo, de modo que a modelagem se ajuste ao fato de que os rendimentos aumentam com a idade, mas, até certo ponto, onde há uma ligeira queda, se descreve com uma curva parabólica. A princípio, como reza a teoria do capital humano, a idade é um indicador da experiência profissional e, por isso, está relacionada a maiores níveis de rendimento. Contudo, a idade também se relaciona à renda por outros motivos. Ao longo da trajetória de vida, as pessoas se tornam mais experientes, não apenas no sentido de adquirirem mais habilidades produtivas. Elas também aprendem estratégias para procurar e lidar com oportunidades no mercado de trabalho,

estabelecem redes de contato economicamente úteis e estabilizam expectativas em face do seu horizonte de possibilidades. Nesse sentido, a correlação entre idade e renda é mais bem interpretada do ponto de vista das teorias do curso de vida, que versam sobre esse conjunto mais amplo de aprendizados (SHANAHAN; PORFELLI, 2002; STAFF; MORTIMER, 2007; WARREN, 2002). A presença de um indicador para residência urbana ou rural também é um controle importante. Como há associação entre essa variável e os rendimentos, a eventual concentração de negros em áreas rurais poderia enviesar os resultados.

Embora, de acordo com o exposto na seção 2.2, a mediação da desigualdade racial pela posição ocupada no arranjo produtivo não seja objeto do presente estudo, no caso desse exercício, é importante levar em conta posições ocupacionais. A própria diferenciação da estrutura de classes opera uma ampliação dos suportes para a desigualdade racial, fazendo com que unidades federativas e municípios maiores tendam a apresentar maior desigualdade racial pelo simples fato de terem uma estrutura ocupacional mais diferenciada. Ao inserir-se controle pelas categorias ocupacionais, elimina-se a influência dessa tendência sobre os resultados. Assim, caso se observe mais desigualdade racial em locais mais economicamente dinâmicos, isso não poderá ser explicado pela maior diferenciação da estrutura ocupacional.

O modelo de regressão assim definido pode ser estimado em todas as unidades federativas e em municípios com 5 mil habitantes ou mais, obtendo-se uma medida da desigualdade de renda diretamente associada à condição racial. Pode-se, então, verificar a correlação existente entre essa medida e o Valor Bruto da Produção da indústria da transformação, no caso das unidades federativas, e com o tamanho da população no caso dos municípios. Tanto os valores brutos da produção quanto os tamanhos populacionais foram convertidos em escala logarítmica, com a finalidade de tornar os valores mais tratáveis. Um incremento na correlação com a desigualdade racial também foi observado em comparação com as escalas originais.

Por sua vez, a hipótese sobre o princípio de articulação entre classe e raça exige uma técnica que permita a extrapolação da análise em torno da média. A técnica de

decomposição proposta por Junh *et al.* (1993), doravante denominada JMP, atende a esse propósito. Por meio de uma série de simulações, essa técnica permite decompor a desigualdade de rendimentos entre negros e brancos, para diferentes posições na distribuição de renda, em três componentes: (a) um devido às diferenças entre os grupos no que diz respeito à distribuição das variáveis explicativas incluídas no modelo, (b) outro que se deve às diferenças, entre os grupos, nos coeficientes que associam essas variáveis aos níveis de rendimento e, finalmente, (c) um componente que se deve a fatores não observados. Ao presente exercício, é o segundo componente que interessa mais. Ele expressa a desigualdade racial que se deve ao fato de que o mundo, em certo sentido, funciona de modo diferente para negros e brancos. Em outras palavras, o que os coeficientes expressam é o comportamento da associação entre os fatores considerados no modelo, e os rendimentos e esse comportamento não são os mesmos para brancos e negros. É por isso que esse componente pode ser tratado como uma medida dos impactos da discriminação racial.

É verdade que essa interpretação não é de todo inquestionável. Pode-se argumentar, por exemplo, que os engenheiros negros tendem a se formar em escolas de menor qualidade e prestígio e que, por isso, em média, suas credenciais se revertem em menores níveis de rendimento. A questão é que dificilmente um pesquisador dispõe de uma observação direta das práticas de discriminação e, porquanto se deseja obter uma medida razoável dos seus impactos diretos, recorre-se, seguindo uma considerável tradição de estudos (FAIRLIE, 1999; KITAGAWA; HAUSER, 1968; R. L. OAXACA; RANSOM, 1994; YUN, 2009) a essa medida como uma aproximação desses impactos.

Para a aplicação desse exercício, recorre-se a um modelo de regressão mais simples que o exposto anteriormente. O interesse é distinguir, por um lado, a porção da desigualdade racial que se deve a diferenças entre negros e brancos em atributos individuais relacionados à renda, sobretudo a educação, e, por outro lado, a porção dessa desigualdade que se deve ao fato de que o mercado de trabalho não responde da mesma maneira aos atributos individuais dos dois grupos raciais, em prejuízo das pessoas negras. Com isso, o modelo de regressão adotado explica a variação na renda apenas em função da idade

e da escolaridade. Para exercer controle sobre a segmentação geográfica, que reduz a renda esperada dos negros dada sua concentração em regiões com menores níveis de rendimentos, restringe-se o estudo à população urbana da região Sudeste, sendo os resultados consistentes àqueles obtidos para outras regiões.

A hipótese sobre a acomodação das relações raciais em posições de classe é testada ainda a partir de uma segunda opção operacional. Embora, ao estimar distribuições inteiras por meio dos exercícios de simulação, a decomposição JMP permita trabalhar com diferentes posições na distribuição de renda, os coeficientes ainda são estimados por uma regressão linear centrada na média. Em outras palavras, o comportamento da distribuição de renda é observado com base em cálculos centrados na média de rendimentos. Assim, pode haver ainda dúvidas a respeito de em que medida esse exercício capta propriamente o comportamento diferencial da desigualdade diretamente associada à raça ao longo da distribuição. Convém, portanto, utilizar uma técnica que permita estimar conjuntos distintos de coeficientes para diferentes posições na distribuição de renda, o que é o caso da regressão por quantis.

Do ponto de vista substantivo, os coeficientes desse tipo de regressão são interpretados do mesmo modo que os coeficientes de uma regressão linear. A diferença é que eles são calculados por um ajuste matemático que se dá não em torno da média, mas de diferentes quantis, como a mediana. Além disso, suas rotinas de estimação são computacionalmente mais intensivas, pois envolvem métodos não exatos de minimização dos resíduos que são computados em termos de valores absolutos, e não quadráticos como no método dos Mínimos Quadrados Ordinários, em geral utilizado em regressões lineares. Com a regressão quantílica, foi possível estimar coeficientes associando a condição racial à renda para diversas posições da distribuição, mais precisamente: os 25º, 50º, 75º, 90º, 95º e 99º quantis de renda. O modelo de regressão aplicado é bastante parcimonioso, incluindo apenas cinco níveis de escolaridade, a idade e a condição racial, para explicar a variação dos rendimentos. O controle por segmentação geográfica foi novamente implementado por restrições na população em estudo, sendo expostos apenas os resultados para as zonas urbanas da região Sudeste.

3.2 Discriminação racial e dinamismo econômico

Primeiramente, observe-se como a desigualdade racial se comporta diante do dinamismo econômico das unidades federativas. De acordo com o exposto na seção anterior, aplicando o modelo de regressão linear à distribuição de renda das unidades federativas, tomadas uma a uma, obtém-se um coeficiente associado à variável raça, a partir do qual é possível computar a razão entre a renda de negros e de brancos mantendo constantes as outras variáveis consideradas no modelo. Note-se que as regressões tiveram boa performance. Ao longo das diferentes unidades, a proporção da variação da renda explicada pelos modelos oscilou entre 39% e 59%, mantendo-se em torno de 45%. A partir dos resultados, elaborou-se um diagrama de dispersão associando o valor bruto da produção das unidades federativas à desigualdade diretamente associada à condição racial. O Gráfico 3.1 mostra esse diagrama. O padrão observado oferece um suporte muito frágil à hipótese de que o dinamismo econômico se correlaciona com maiores níveis para desigualdade diretamente associada à condição racial. O coeficiente de determinação entre essas duas grandezas é da ordem de 0,03, relevando que apenas 3% da variação na desigualdade racial de renda responde à variação nos valores brutos de produção. Além disso, a correlação não é estatisticamente significativa.

Gráfico 3.1: Diagrama de dispersão: desigualdade racial por nível de industrialização.

Fonte: Elaboração própria.

Considerando os municípios, observa-se o mesmo padrão, mas com resultados mais robustos do ponto de vista estatístico. Um número de 1.064 municípios foi considerado na análise. Ao longo dos municípios, a desigualdade diretamente relacionada à condição racial, ou seja, aquela que persiste mesmo quando considerados todos os controles discutidos na seção anterior, varia bastante. Ela vai de situações em que a renda esperada dos negros fica em torno de 50% da renda esperada dos brancos até situações de igualdade racial de renda, sendo que os valores se concentram em torno de 90%, um nível moderado de desigualdade, mas, ainda assim, considerável, tendo em vista que se isolou o efeito de muitas fontes de desigualdade racial de renda, inclusive a distribuição desigual de negros e brancos entre categorias ocupacionais. A Tabela 3.1 mostra os resultados de um modelo de regressão muito simples, que explica os níveis de desigualdade racial exclusivamente em razão do tamanho dos municípios (o logaritmo da população total).

Tabela 3.1: Regressão linear: desigualdade racial pelo tamanho dos municípios.

	Sem controle por ocupações	Com controle por ocupações
Coeficiente associando a população do município à desigualdade racial	-0,010	-0,008
Proporção da variância explicada	4,5%	3,6%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

A regressão linear da desigualdade racial em razão do logaritmo do tamanho do município revela uma correlação estatisticamente significativa. A performance do modelo continua tímida, explicando uma proporção muito modesta da variação na desigualdade. O importante, contudo, é que há uma correlação significativa entre as duas grandezas. Quanto maior o município, maior a desigualdade diretamente associada à condição racial. Os resultados também mostram a relevância do controle pelas ocupações. Como foi argumentado na seção anterior, parte da associação

3. A desigualdade racial ao longo da distribuição de renda

encontrada poderia se dever ao simples fato de que municípios mais economicamente dinâmicos contam com uma estrutura ocupacional mais diferenciada, o que implicaria uma maior desigualdade. Sem embargo, quando as regressões lineares aplicadas a cada município não incluem controle pela distribuição ocupacional dos grupos raciais, observa-se, ao final, uma correlação maior entre a desigualdade de renda e o tamanho dos municípios. Tanto é maior o coeficiente relacionando a desigualdade racial ao tamanho do município quanto é melhor a performance do modelo, explicando 4,5% da variação na desigualdade.

Já quando se consideram os resultados que levam em conta o controle por ocupações, a proporção da variância explicada cai a 3,6% e o coeficiente passa a ser -0,008, em vez de -0,010. Considerando esses resultados, uma forma de compreender, de maneira um pouco mais intuitiva, a habilidade com a qual o tamanho dos municípios explica a desigualdade racial de renda é considerar o seguinte: a razão entre a renda esperada de negros e de brancos varia, de fato, entre 50% e 100% ao longo dos municípios. Por outro lado, o modelo de regressão prevê, basicamente, uma variação muito menor, entre 87% e 96%, mas ainda assim considerável. Em outras palavras, parece que as diferenças de dinamismo econômico entre municípios fazem variar em até 9 pontos percentuais os efeitos da discriminação racial sobre a renda.

3.3 Os efeitos da discriminação em diferentes posições da distribuição de renda

Se a desigualdade racial parece mesmo se acirrar com o dinamismo econômico, ela também parece se agravar ao longo da hierarquia das posições de classe, obedecendo o princípio da acomodação. Os resultados da decomposição JMP da desigualdade racial ao longo da distribuição de renda são expostos no Gráfico 3.2. A linha contínua representa a desigualdade total de renda entre os grupos raciais. A linha tracejada representa a contribuição dos atributos individuais, enquanto a que alterna traços e pontos representa a contribuição de fatores não observados.

A linha pontilhada, por sua vez, é a que representa a contribuição dos coeficientes, ou seja, a contribuição estimada para os impactos diretos da discriminação racial. A desigualdade total é necessariamente a soma das três contribuições.

Observando a curva da desigualdade total, nota-se que a desigualdade racial se eleva acentuadamente ao longo da distribuição de renda. Percebe-se também que essa desigualdade é majoritariamente mediada pelas desigualdades educacionais entre negros e brancos. Por outro lado, as curvas se aproximam muito no topo da distribuição, mostrando uma mudança importante no comportamento dos mecanismos geradores de desigualdade racial de renda. Observa-se que há um pico na contribuição das desigualdades educacionais em torno do 95º quantil. A contribuição dos fatores não observados, por sua vez, cresce linearmente ao longo da distribuição. Finalmente, dando suporte à hipótese lançada, a contribuição dos coeficientes cresce também linearmente. Na escala logarítmica, essa fonte responde por uma desigualdade de 0,12 na base da distribuição, chegando a 0,25 no topo. Isso quer dizer que, na base, a discriminação faria, sozinha, com que a renda dos negros fosse 89% da renda dos brancos. No topo da distribuição, esse quadro é agravado, chegando a cifra a 78%.

Gráfico 3.2: Decomposição da desigualdade ao longo da distribuição de renda. Brasil, Sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

3. A desigualdade racial ao longo da distribuição de renda

Como o exercício com a decomposição JMP toma como base os coeficientes estimados ainda em torno média, é importante testar a mesma hipótese por meio de regressões por quantis, que estimam coeficientes centrados em diferentes posições da distribuição de renda sem, contudo, recair em problemas gerados por análises que procedem com o truncamento da distribuição de renda em diversas frações de amostra definidas por quantis (KOENKER, 2005), como é o caso do estudo de Biderman e Guimarães (2004) sobre desigualdade racial ao longo da distribuição de renda. Os resultados são expostos no Gráfico 2.3. Além dos coeficientes associados à condição racial, são dispostos os coeficientes associados, respectivamente, à obtenção do ensino fundamental, do médio ou do superior completos.

Gráfico 3.3: Regressão quantílica para a desigualdade racial de renda. Brasil, Sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Os resultados são consistentes com os encontrados pela decomposição JMP. Nota-se que os coeficientes variam bastante ao longo da distribuição de renda, reforçando a ideia de que a análise centrada na média esconde informações importantes sobre o comportamento das correlações. Como a renda está em escala logarítmica, os coeficientes são uma aproximação da desigualdade relativa, em porcentagens, entre a renda esperada dos brancos e a renda esperada dos negros no respectivo

quantil. Essa aproximação é boa para os valores em torno de 20% ou abaixo. Acima disso, trata-se de uma subestimação consistente, ou seja, as diferenças são, na verdade, um pouco maiores do que aquelas apresentadas. Em se tratando dos níveis de ensino, as porcentagens devem ser interpretadas como a vantagem de cada nível educacional em comparação com o conjunto das pessoas analfabetas ou com ensino fundamental incompleto. No que se refere à condição racial, a figura mostra a vantagem dos brancos em relação aos negros.

Nota-se que a formação superior se relaciona a níveis muito mais elevados de rendimento ao longo de toda a distribuição. Contudo, essa correlação começa a cair quando se passa do nonagésimo quantil. O mesmo acontece com o ensino médio, porém de modo mais discreto. O ensino fundamental completo, por sua vez, associa-se a uma vantagem muito menor que, entretanto, cresce consistentemente ao longo da distribuição de renda. Embora a educação, especialmente a superior, esteja associada a maiores níveis de rendimentos, essa correlação perde força no topo da distribuição, indicando que a renda dos mais ricos se explica menos por suas realizações educacionais. É na região média-superior da hierarquia de classe que a educação parece contar mais intensamente como fator diferenciador de rendimentos.

A desvantagem do negro, por seu turno, não é apenas crescente ao longo de toda a distribuição, como também cresce mais acentuadamente quando se chega ao topo, do 95º ao 99º quantil. Essa é mais uma evidência favorável à ideia de que existe uma acomodação das relações raciais em posições de classe. Quanto mais elevada a posição na distribuição de renda, maior a desvantagem associada à condição racial, mesmo quando outros fatores importantes são controlados, como educação e segmentação geográfica. Aliás, a própria educação, nitidamente a educação superior e mais discretamente o nível médio de ensino, não segue o mesmo padrão que a condição racial, com seus impactos sofrendo certa redução no topo da distribuição. São os coeficientes associados à condição do negro que seguem nitidamente o comportamento previsto. É temerário afirmar que esse padrão se deva exclusivamente ao comportamento das práticas de discriminação racial, à resistência imposta às pessoas

negras de acordo com a posição social em questão. Entre os mais ricos, diferenciais de renda devem se tornar mais sensíveis a fatores como a herança material e imaterial como, por exemplo, a inclusão em redes de favorecimento de elite. Como é razoável supor que os negros estejam também em desvantagem quanto a esses fatores, a sua não inclusão no modelo enviesará os coeficientes associados à condição racial, respondendo talvez em parte pelo padrão apresentado. O que as evidências empíricas sustentam diretamente é, portanto, que um complexo de fatores, envolvendo tanto práticas de discriminação quanto mecanismos de mediação da desigualdade racial não observados, comporta-se de acordo com o princípio da acomodação das relações raciais em posições de classe, tornando as barreiras raciais tão mais severas quanto mais audaciosas as expectativas de competição.

3.4 Conclusão

A tese da acomodação não afirma apenas que a hierarquia racial constitui uma semântica sobreposta à hierarquia de classes, com a negritude simplesmente conotando posições sociais subalternas. Se fosse assim, a condição de classe seria a verdadeira dimensão definidora da hierarquia social. Já a cor, seria apenas um dos significantes possíveis para essa hierarquia, uma forma estética associada a determinada posição típica de classe e, portanto, capaz de comunicá-la. Embora essa associação indutiva entre raça e classe seja um fenômeno importante, gerador de uma semântica onde posição racial pode comunicar, por analogia, posição de classe, a tese da acomodação afirma que existe algo muito além disso na interação entre classe e raça. Na verdade, é preciso estabelecer uma diferença entre, de um lado, a interação dinâmica entre classe e raça no que diz respeito às práticas de discriminação e, de outro lado, a interação semântica entre essas duas dimensões de hierarquização social.

Considere-se, por exemplo, a ideia do “embranquecimento”. Como se sabe, não é incomum o argumento de que o negro, ao ascender socialmente, “embranquece”,

no sentido de ser aceito socialmente como uma pessoa branca, como se a ascensão de classe virtualmente eliminasse a discriminação racial. Como se pode notar, os resultados aqui apresentados dão muito pouco alento a essa ideia. É justamente sobre os negros alcançando degraus mais altos da hierarquia socioeconômica que as barreiras raciais parecem pesar mais.

Contudo, mais do que descartada, a ideia do “embranquecimento” precisa ser melhor compreendida em termos de um fenômeno semântico. Ponha-se de lado a ideia de que se trata da irrelevância do preconceito racial diante da ascensão socioeconômica. O que então esse termo poderia significar? O que se revela é uma figura de linguagem; nada mais e nada menos que uma metonímia. É que a classificação social opera muitas vezes por síntese. Se, do ponto de vista analítico, condição racial e posição de classe constituem dimensões distintas da formação de *status*, do ponto de vista da experiência, a colinearidade empírica entre esses dois vetores informa uma semântica sintética de classificação social.

O fato de se utilizar eventualmente termos de branquidão para se referir a um negro que é rico não significa que o eixo de classificação racial tenha sido abandonado em nome do eixo de classificação por classe, mas tão somente que aquilo que seria o eixo de classificação racial assume, por metonímia, uma habilitação expressiva para conotar posição de classe ou, melhor ainda, *status* em geral. É como se fosse extraída, de maneira espontânea, da distribuição por esses dois eixos de classificação (a raça e a classe) a componente principal que expressa uma variável latente, que seria o próprio *status* social. O “embranquecimento” consiste em atribuir a essa grandeza latente o rótulo da branquitude. Nesse sentido, o “embranquecimento” é apenas expressão de uma operação lógica sintética, ao nível das formas de classificação social, que faz a brancura operar como rótulo para uma grandeza latente que constitui uma noção genérica de prestígio. Algo semelhante já foi observado por Azevedo (1955), quando esse autor notou que a cor e os traços físicos operam como símbolos gerais de *status*, fazendo da resistência ao intercuro racial uma manifestação simultânea de preconceitos por raça e por classe.

O mais importante é que não se pode confundir o “embranquecimento”, que constitui, sem dúvidas, um fenômeno relevante do ponto de vista semântico, com o princípio de articulação entre raça e classe no que se refere ao comportamento efetivo da discriminação racial ao longo da hierarquia socioeconômica. Esse princípio parece ser o da acomodação das relações raciais em posições de classe e, de acordo com ele, as resistências sociais impostas aos negros na verdade se agravam quando se trata de posições sociais mais elevadas. De acordo com essa acomodação, o negro que enriquece não é um branco. Ele é, antes de tudo, aquilo que é: um negro rico. E contra ele reage um princípio que é contrariado pelo simples fato de ele ocupar a posição social que ocupa. Sua simples condição contraria o mapeamento normativo, socialmente compartilhado, dos grupos raciais em posições de classe.